



A FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS DA REDE DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA.

THE PUBLIC AGENTS' FORMATION AND CAPACITATION FROM CONFRONTATION OF VIOLENCE AGAINST WOMEN NETWORK ON SANTA MARIA.

Claudia Schramm Scaramussa¹

Letícia Bortolotto Flores²

Resumo: Este trabalho é um recorte de uma pesquisa de mestrado que teve como principal norte o mapeamento das estratégias pertencentes à Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher no Município gaúcho de Santa Maria. A pesquisa, de cunho qualitativo- exploratório, utilizou-se da amostragem em bola de neve para realizar o acesso aos participantes, que responderam às entrevistas semiestruturadas. Levando em consideração os documentos oficiais da Secretaria de Políticas Para as Mulheres e as categorizações dos Serviços e estratégias pertencentes à Rede de Enfrentamento, atentou-se para as entrevistas relativos aos Serviços Especializados mapeados pelo estudo. Desta forma, este recorte objetivou refletir sobre a sobre formação e capacitação dos agentes públicos para o trabalho com a temática de violência de gênero na rede de enfrentamento à violência contra a mulher no município. Para isso, foram elaboradas duas categorias de análise direcionadas aos relatos sobre formação e sobre a percepção dos agentes a respeito da violência e construções de gênero. Como principais resultados, aponta-se a falta de ferramentas institucionais para garantir a capacitação dos agentes, além das diferentes formas de compreensão e direcionamentos dados às estratégias e à temática.

Palavras-chave: Mulheres; Psicologia; Políticas Públicas; Violência.

¹ Estudante do 5º semestre de Psicologia, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) scaramussaclaudia@gmail.com

² Psicóloga, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSM lebflores07@gmail.com



Abstract: This research is a part from a master's thesis, with principal direction was the strategy service's mapping that belongs to the Confrontation of Violence Against Women Network on Santa Maria. The exploratory-qualitative research used the snowball sampling to perform the participant's access, who answer the semi structured interviews. Take in consideration the official documents from the Public Police's Office for Women and the services' categorization and strategies belonged to the Violence Confrontation Network, It was observed the interviews related to the Specialized Services mapped for the study. Therefore, this research task objective to reflect about the public agents' formation and capacitation to exercise the work about gender violence on the confrontation of violence against women network in the city. To this end, two analysis categories were elaborated to direct the relates about the agents' formation and perception about violence and gender constructions. The main results point the lack of institutional instruments to guarantee the agents' capacitation, in addition to the different ways of comprehension and directions given to the strategies and to the topic.

Keywords: Psychology; Public Polices; Violence; Women.

INTRODUÇÃO

Atualmente, os dados relativos à violência contra as mulheres no Brasil nos colocam como 5º país mais violento do mundo para mulheres (WAISELFISZ, 2015). E as altas taxas de feminicídio fazem com que a Federação corra risco de nova advertência internacional, visto que a primeira condenação relativa a denúncia internacional contra a omissão, negligência e tolerância em relação a crimes contra os direitos humanos das mulheres, gerou Lei no 11.340/2006 - Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006). Concomitantemente a isso, segundo os dados do Atlas da Violência de 2016 levantados pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, o estado do Rio Grande do Sul, nos últimos 10 anos, teve sua porcentagem de feminicídios aumentada em 84% (CERQUEIRA et al, 2018; IPEA, 2016).

Dada esta contextualização em nível nacional e estadual, volta-se o olhar para a cidade de Santa Maria. Sendo o quinto maior município gaúcho, demarcada pelas



características demográficas como sedes universitárias e seu grande contingente militar, verifica-se que muitas mulheres chegam a cidade com objetivo de estudar e encontram-se desamparadas pelo distanciamento familiar. Ainda, podem se deparar com valores morais ligados à instituição militar, a qual possui caráter historicamente baseado numa estrutura hierárquica e patriarcal. Santa Maria é a 21^o (vigésima primeira) cidade mais violenta para mulheres no Rio Grande do Sul e as vítimas são em sua maioria meninas na faixa de 20 anos de idade (BAPTISTA, TARTARI; BUENO, 2012).

A construção de gênero como teoria de análise é um ponto fundamental para o estudo da violência contra a mulher como expressão da opressão e dominação de um sistema e de suas bases históricas. Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual. A teoria e a prática feminista em torno do conceito buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais homens e mulheres são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo (HARAWAY, 2004). Assim sendo, nossa sociedade é reprodutora de relações desiguais entre homens e mulheres, acabando por fomentar violências. A naturalização e aceitação do comportamento agressivo contra as mulheres indica a persistência de um modelo masculino dominante (BOURDIEU, 2018), o que torna a violência de gênero, atualmente, um grave problema Estatal que exige medidas de resolutividade proveniente do setor público. Visto que enquanto mulheres são historicamente “amputadas” de seu direito ao uso da razão e exercício do poder, homens são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem, atributos que ajudam a manter o “controle”, previsto na relação dominante/dominado (SAFFIOTI, 2001; 2015). A naturalização da violência como constructo biológico masculino e a culpabilização das vítimas colaboram para que a violência de gênero seja invisibilizada. Portanto, é necessário que o Estado tenha conhecimento do fenômeno para poder amparar as mulheres vítimas de violência, pois o momento da denúncia até o julgamento, compõe um quadro essencial para que a violência de gênero seja enfrentada e, conseqüentemente, deslegitimada (GUZMÁN, 2000; GODINHO, 2000).



Por constituir um fenômeno complexo e multifacetado, a violência contra a mulher deve ser compreendida de maneira multidisciplinar, ou seja, é preciso manter a ideia de que a sua ocorrência e reprodução não se manifesta de forma aleatória, considerando diferentes contextos, tempos e espaços nos quais ela se manifesta (KERGOAT, 2010; KONDER, 2017). Dessa forma, para seu enfrentamento torna-se necessário o trabalho conjunto de várias disciplinas, organizações, instituições e profissionais, integrando a proposta de trabalho em rede.

Visando tratar da totalidade do problema, o Governo Federal, em 2011 elaborou uma série de documentos que estabelecem diretrizes sobre estratégias de ação, enfrentamento e atendimento (BRASIL, 2011; 2011a; 2011b). A Política Nacional de Enfrentamento (2011a) prevê ações em 4 eixos estruturantes que orientam a formação da Rede de Enfrentamento a Violência, sendo eles: Prevenção - Ações educativas e culturais que interfiram nos padrões sexistas; Assistência - Fortalecimento da Rede de Atendimento e capacitação de agentes públicos; Enfrentamento e combate - Ações punitivas e cumprimento da Lei Maria da Penha; Acesso e garantia de direitos - Cumprimento da legislação nacional/ internacional e iniciativas para o empoderamento das mulheres. Como visto, a constituição da rede de enfrentamento perpassa diversas áreas como a saúde, a educação, a segurança pública, a assistência social, a justiça, a cultura, entre outras (BRASIL, 2011). Integrando os princípios de intersetorialidade e a atenção em redes, desenvolve-se uma lógica de gestão que toma como base a articulação/soma/síntese de setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), e a superação da cultura de fragmentação ao tratar da violência (BRASIL, 2011; PEREIRA, 2008). Assim sendo, segue-se a definição de rede elaborada por Faleiros e Faleiros (2001), pressupondo uma relação de ações em que a perspectiva da totalidade predomine sobre a da fragmentação. Redes se baseiam em processos dinâmicos, que se cruzam (como numa rede) organizações do Estado e da sociedade, constituindo em uma aliança de atores/forças, num bloco de ação, ao mesmo tempo, político e operacional.

Deste modo, atenta-se para os serviços constituintes desta rede e dos agentes que fazem parte de sua frente de ação. Segundo o documento “Rede de



Enfrentamento à Violência contra as Mulheres” da Secretaria de Políticas para as Mulheres, o fortalecimento da rede de enfrentamento depende não só da estrutura da rede mas também da atuação e formação dos agentes, visando um atendimento qualificado e humanizado. A capacitação da rede de atendimento também visa garantir a ampliação do atendimento, expandindo o acesso das mulheres aos serviços e evitar o surgimento da revitimização da mulher que ocorre devido ao percurso nos serviços constituintes. A revitimização é compreendida como reflexo da violência institucional, “praticada, por ação e/ou omissão, nas instituições prestadoras de serviços públicos (...) É perpetrada por agentes que deveriam garantir uma atenção humanizada, preventiva e reparadora de danos. Uma forma comum de violência institucional ocorre em função de práticas discriminatórias, sendo as questões de gênero, raça, etnia, orientação sexual e religião um terreno fértil para a ocorrência de tal violência” (TAQUETTE, 2007, p.94). Muitas vezes, nos Serviços Especializados, as mulheres não recebem acolhimento, são expostas a situações em que sua autonomia não é respeitada e são se veem obrigadas e contar inúmeras vezes a violência vivida.

Para que a capacitação se baseie em um documento, a SPM elaborou em 2007 uma matriz de conteúdo mínimo para formação dos agentes que atuam nos serviços constitutivos da Rede de Enfrentamento a Violência. Essa matriz é composta por sete módulos, a saber: a) conceito de Gênero; b) conceito de violência contra as mulheres e tipologias; c) rede de enfrentamento à violência contra as mulheres; d) apoio psicossocial às mulheres em situação de violência; e) Lei Maria da Penha; f) direitos sexuais, direitos reprodutivos e violência contra as mulheres; g) tráfico de mulheres.

Ainda, compreende-se que a formação em gênero também é um ponto importante para esta atenção prestada, pois é a partir da compreensão das desigualdades nas construções das masculinidades e feminilidades que se legitimam as diferentes tipificações de violência contra as mulheres.

Neste sentido, objetiva-se com essa pesquisa refletir sobre a sobre formação dos agentes públicos para trabalhar com a temática de violência de gênero na rede de enfrentamento à violência contra a mulher no município de Santa Maria-RS.



Esse recorte parte de uma pesquisa de mestrado, de cunho qualitativo descritivo-exploratório, que teve como objetivo principal mapear a rede de enfrentamento a violência contra a mulher na cidade de Santa Maria, interior do Rio Grande do Sul. A pesquisa utilizou-se na estratégia em Bola de Neve (VINUTO, 2014) para garantir melhor acesso aos participantes. A coleta de dados foi realizada por entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas e transcritas, com consentimento e permissão dos participantes. Pela estratégia de amostragem indicada, cada novo participante foi orientado a indicar novos informantes a partir de seus contatos pessoais, para que uma rede de informações seja constituída. Conforme sugerido por um levantamento bibliográfico a respeito dos Serviços de Atendimento disponíveis no município, optou-se para semente deste estudo a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM), a qual indicou demais participantes que foram contados para dar seguimento à coleta.

No total, foram realizadas 14 indicações, nas quais foram possíveis de serem realizadas 11 entrevistas. Na medida que as entrevistas foram sendo realizadas, as indicações começaram a se repetir, não gerando novos nomes, ou apontando para sujeitos não relevantes para a construção do objetivo do estudo. Sendo a utilização da amostragem por bola de neve não probabilística, não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa (VINUTO, 2014). O processo de finalização ocorre a partir do critério da existência de um ponto de saturação. A saturação foi dada quando não houverem novos nomes a serem oferecidos ou os nomes encontrados não trarão informações novas relevantes ao quadro de análise.

Os dados da pesquisa foram submetidos a análise de conteúdo de Bardin (2009), contando com a construção de categorias a priori, partindo do documento “Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres” (BRASIL, 2011), lançado pela secretaria de políticas para as mulheres. Nessa categorização foram feitos os levantamentos a respeito dos serviços que se constituíam como parte da frente de Enfrentamento na rede, que é composta por ações mais amplas e com serviços que não necessariamente são especializados na temática da violência contra mulheres, e da frente de Atendimento, que, fazendo parte da Rede de Enfrentamento, é composta



com serviços mais diretamente voltados à problemática da violência e direcionados à assistência direta das vítimas e de seus contextos, sendo divididos, também, em serviços especializados e Não- especializados.

Quadro 1: Categorização dos Serviços

<p>Rede de Enfrentamento</p>	<p>Agentes governamentais e não-governamentais formuladores, fiscalizadores e executores de políticas voltadas para as mulheres (organismos de políticas para as mulheres, ONGs feministas, movimento de mulheres, conselhos dos direitos das mulheres, outros conselhos de controle social; núcleos de enfrentamento ao tráfico de mulheres, etc.); serviços/programas voltados para a responsabilização dos agressores; universidades; órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela garantia de direitos (habitação, educação, trabalho, seguridade social, cultura) e serviços especializados e não-especializados de atendimento às mulheres em situação de violência (que compõe a rede de atendimento às mulheres em situação de violência).</p>
<p>Rede de Atendimento (Saúde, Justiça, Segurança Pública e Assistência Social)</p>	<p><u>Serviços Não-Especializados</u>: Em geral, demarcam a porta de entrada da mulher na rede (a saber, hospitais gerais, serviços de atenção básica, programa saúde da família, delegacias comuns, polícia militar, polícia federal, Centros de Referência de Assistência Social/CRAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social/CREAS, Ministério Público).</p>

Fonte: (BRASIL, 2011).



Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM Santa Maria/RS), do Juizado da Violência Doméstica (que no município é denominado Juizado da Paz Doméstica), da Casa Abrigo e da Equipe de Matriciamento de Violência Sexual. A exploração do material e tratamento dos resultados, possibilitou a construção, a posteriori, de categorias empíricas, que embasam a construção deste trabalho. As discussões seguem com a construção de duas categorias de análise, que foram propostas a partir da categoria “1 - formação”, que agrupa os recortes das falas dos participantes a respeito da formação e capacitação para com desempenho de seu trabalho com a temática violência e questões de gênero, e “2 - percepção” que é mais direcionada a como estes agentes compreendem e reproduzem suas construções a respeito de gênero e violência contra a mulher como uma de suas expressões.

DESENVOLVIMENTO

As análises dos dados, em primeiro momento, demonstram que, das quatro entrevistas analisadas, foi possível visualizar um delineamento das categorias proveniente de três dos quatro principais setores de Enfrentamento à Violência. Tanto a DEAM, quanto o Juizado da Paz Doméstica, serviram como representantes do setor jurídico, a Casa Abrigo como representante do setor de assistência social e a Equipe de Matriciamento proveniente do setor da saúde. O setor da segurança pública permaneceu sem representante neste trabalho. Atenta-se que, na primeira análise, realizada na categorização a priori, o setor de segurança pública, embora mapeado, não foi direcionado para entrevista, o que não permitiu a realização de sua análise. Segundo as duas categorizações propostas, a posteriori, a respeito da formação e percepção dos agentes, é possível fazer algumas observações.

A respeito da formação, as entrevistas apontaram que a permanência dos agentes nos serviços deve-se a motivação e interesse pessoal, visto que a complexidade do tema exige que tenha sensibilidade para lidar com as situações e principalmente com a fragilidade emocional na qual as mulheres que procuram os serviços se encontram.



“...então assim quem está aqui dentro da delegacia trabalhando é porque quer e porque gosta, porque quem não, não consegue ter essa empatia com a questão ela vai embora, bem cedo, não consegue ficar” (Agente 1)

Há uma compreensão, por parte de alguns agentes, sobre a existência de algumas peculiaridades que diferenciam a violência contra mulher de outros crimes, como, por exemplo, a necessidade de enfrentamento rápido para não ocasionar o agravamento da situação. Além disso a noção de gênero também se faz presente, evidenciando um prévio contato com a temática. Este contato e compreensão é entendida como crucial, visto que as desigualdades entre as construções de feminilidade e masculinidade fomentam a violência simbólica (SAFFIOTI, 2015) e, conseqüentemente, todas as outras tipificações de violência.

“todos os demais [crimes] em que a mulher for vítima e houver essa diferença de gênero, que o gênero for o... o modo, o substrato da ação, mulher... ser mulher só não traz o processo pra cá, (...) todas as ações cujo cerne ne além de haver diferença de gênero, é isso aí, então a mulher no polo passivo, homem no polo ativo de regra, mas tem que haver essa diferença de gênero... essa superação de um gênero sobre o outro, isso é o que traz o processo pra cá, então os crimes são vários ne” (Agente 3).

Algumas entrevistas trazem, também, a noção da violência simbólica presente nos discursos naturalizados na nossa sociedade, que no contexto da violência de gênero, ratifica a ordem social do patriarcado, compreendendo que a utilização da violência para mantimento ordem masculina não necessita de justificação/legitimação (BOURDIEU, 1998 apud SAFFIOTI, 2001; SOIHET, 1997).

“...essa parte da violência de gênero, tu trabalha a violência de gênero, de mostrar os números, que a mulher sofre muito mais violência que o homem, que a forma de linguagem, as músicas que a gente escuta. Tu vai trabalhar toda essa cultura de violência, pra gente começar a entender que tu não pode falar mal da mulher, que tu não pode alimenta comentários que são, anhh, assim, desrespeitosos, que tu não tem que fica tolerando piadinha, não tem que tá estimulando o menino a dizer que ele



vai ser namorado, sabe, essas coisas, porque depois, vocês mesmos vão sofrer, vocês vão achar desagradável” (Agente 4).

Além disso, foi importante averiguar o entendimento trazido, por parte do setor judiciário, de que o problema da violência não pode ser resolvido apenas por meio de encaminhamentos formais do processo, sendo necessária a articulação com outros setores para lidar com as múltiplas faces do problema. Ainda, como parte desta resolução, foi apontada a perspectiva cultural que permeia as relações desiguais entre homens e mulheres, o que direciona para a visível importância que o setor vem dando para estratégias como a justiça restaurativa e um grupo reflexivo para homens agressores.

“...e aí depois um dia a gente conversando me referi como achava importante que ela desse grupos de anh... diálogos de homens né porque a gente vê ahn... questão cultural tão grande né, tão profunda que os caras trocam de mulher e continuam em ciclos de violência né, então tem que enfrentar o cara né não só dar medida e tal tem que tentar entrar na mente dele...” (Agente 3)

Ainda, sob o olhar do setor jurídico, é trazida a importância de que as mulheres atendidas (assim como demais membros da sociedade civil) tenham acesso à atendimento psicológico, e não apenas a espera para a resolução judicial do caso. Em uma das entrevistas, observou-se, durante o relato de um caso considerado pelo participante como efetivo, foi demonstrado que a resolubilidade só foi possível graças ao amparo psicológico fornecido à vítima, que, mesmo após a resolução do processo, continuou sendo acompanhada por um profissional da psicologia,

Quando ela [a vítima] saiu, daí ela me agradeceu, agradeceu o pessoal da investigação, agradeceu as gurias, então assim, e continuou, ela ta...continuou fazendo né, anh, tem esse, esse anh... ela continuou indo lá fazer esse acompanhamento psicológico, mas aí assim a gente se sentiu, sentiu que não é só... o cara [agressor] tava preso, a gente tinha feito nossa parte, já tinha identificado, tava concluído o inquérito, mas a vítima, que é uma parte essencial tava ali né completamente debilitada e ela ficou muito feliz assim ó, feliz porque, por ter



encontrado o cara que ela achava que era impossível e por também por ter tido todo aquele apoio que fez com que ela saísse melhor daqui porque seria muito ruim que ela saísse chorando entendeu, chorando, chorando, chorando e às vezes por mais que a gente converse a gente não chega no ponto né” (Agente 1).

Apesar de em algumas entrevistas ter sido possível notar a compreensão de que a violência doméstica se apresenta como um problema cíclico, alguns participantes trouxeram a ideia de que a violência seria superada pela separação conjugal. Entretanto, algum número de estudos a respeito da temática (CUNHA, 2013; NARVAZ; KOLLER, 2006; PAZO; AGUIAR, 2012) já vêm, há anos, mostrando que esta visão não é sustentada, pois o rompimento do vínculo matrimonial não é suficiente para garantir a resolubilidade da situação de violência visto que em alguns casos as vítimas são dependentes financeiramente e ou emocionalmente dos agressores, além do fato de que muitos homens voltam a apresentar comportamentos violentos na relação com outras companheiras.

“A gente sabe que é bem difícil, esses anos todos de trajetória, a gente teve a felicidade de algumas pessoas se redimir assim, não voltar pro marido” (Agente 2)

Dessa forma, devido ao difícil acesso à estratégias que auxiliem a quebra deste ciclo e no risco corrido pelas mulheres em situação de violência doméstica conjugal, visto que ferramentas como a medida protetiva não garantem a efetiva segurança da vítima, cabe a reflexão a respeito da importância do eixo da prevenção proposto pelas Políticas Públicas de Enfrentamento (BRASIL, 2011a), possibilitando outras formas de construção de redes de amparo.

Nota-se a partir dos relatos dos participantes que não há formação uniforme, baseada em uma política institucionalizada de formação dos agentes que vise preparar e capacitar agentes para exercer as funções nos serviços. Dessa forma, grande parte das ações de capacitação partem da busca pessoal dos agentes, devido a necessidades individuais, ou até mesmo pelo prévio interesse/identificação pela temática da violência contra a mulher, fortalecida pela determinação pessoal em exercer sua função, que por muitas vezes não consiste em uma atribuição fácil dada a falta de assistência psicológica aos agentes.



“...tá? e aí foi isso que eu, eu acabei assim ó, porque que eu estou até hoje, que eu já faz então 17 anos, na delegacia da mulher, porque eu identifico, porque eu gosto. Porque senão ces já, se já teria saído. Isso com certeza, porque tem opção, sair” (Agente 1)

Dessa forma, problematiza-se a falta de incentivo, formação e amparo Estatal como fatores que interferem no trabalho desempenhado pelos agentes, que relataram recorrer a estratégias pessoais como “criatividade e resiliência”, gerando uma tolerância à frustração para se adaptarem às situações limitadoras de trabalho.

“olha, nós temos muita criatividade (risos), quando a gente não tem recurso a gente tem criatividade” (Agente 1)

A falta de formação e capacitação específica torna-se um problema, principalmente, quando, em serviços primários (Unidades Básicas de Saúde, Centros de Atenção Psicossocial, entre outros), muitas vezes considerados como porta de entrada para as situações de violência serem visualizadas e identificadas, não se torna possível esta identificação prévia, agravando o olhar prestado para a problemática. Outros serviços, como matriciamento do HUSM, que atualmente representa uma das maiores portas de entrada para as mulheres vítimas de violência sexual, demonstra estender as orientações de como agir quando uma mulher em situação de violência chega à procura de atendimento para outros servidores que podem ter contato com a vítima, demonstrando cuidado e sensibilidade para lidar com a situação.

“[...] se tá na entrada do husm, chegou e falou sofreu violência sexual ninguém pergunta nada porque o porteiro já sabe que não pode perguntar...” (Agente 4)

Neste sentido, foi possível visualizar no setor da saúde o direcionamento para o olhar mais crítico e cuidadoso a respeito das questões culturais de gênero, sendo que estas também influenciam na permanência da mulher no serviço e na rede. Aponta-se que, juntamente com estas construções, comumente são atribuídas, diversas responsabilidades culturalmente designadas às mulheres, como o cuidado da casa e da família que dificultam a disponibilidade de tempo para retornar ao serviço



e a consciência da necessidade de dar continuidade aos encaminhamentos, ocasionando a diminuição da garantia de resolubilidade dos casos de violência.

“nós achamos que a mulher não volta porque ela trabalha, tem responsabilidade em casa que ela não consegue se liberar e daí a mulher ela tem essa coisa assim de achar né, que é uma coisa cultural também né, que vai dar conta de tudo né ah isso passa [...]” (Agente 4)

Como um agravante às situações discutidas, os agentes ainda lidam com problemas relativos à falta de um fluxograma de atendimento, recaindo para a situação de responsabilização pessoal, visto que vínculos pessoais foram citados como uma ferramenta para suprir o problema da falta de comunicação entre os serviços. Portanto, constata-se que o Estado ainda carece de experiência e sensibilidade para lidar com a temática, não só por não garantir a formação continuada dos agentes, mas também por não contar com investimentos em mecanismos que garantem a comunicação entre os serviços e a fluidez no atendimento às vítimas, precarizando as condições de trabalho dos agentes, gerando situações de desgaste emocional dos mesmos, situação que acaba por comprometer o atendimento das mulheres vítimas de violência.

“[...] a exceção desses dois serviços nós não temos nenhum contato com nada de rede, eu tenho uma.. a minha culpa a fazer, porque eu também deveria conseguir sair do meu ambiente e buscar estabelecer esses contatos mas é que é difícil né, a gente ta sempre tão corrido, eu também tenho os meus filhos, tenho a minha família pra cuidar né, então não tem perna pra conseguir fazer todas essas caminhadas ai ahn mas é algo assim que é incrível né porque é... eu nem sei o que existe de serviço na cidade, é constrangedor assim dizer porque a gente fazer essas coisas assim sozinho é um troço que é... meio maluco né, então realmente há uma falha bem grande nossa e do sistema também na verdade é” (Agente 3)

CONCLUSÃO

Frente as discussões apresentadas, cabe, primeiramente, apontar para a atual situação de fragmentação e desestabilização visualizada na Rede de Enfrentamento no município destacado. Embora este trabalho tenha se direcionado,



especificamente, para a análise dos Serviços Especializados, é possível visualizar a fragilidade das estratégias e o afastamento dos serviços, o que dificulta o seu trabalho de conexão e comunicação em rede.

Embora os documentos da Secretaria de Políticas Para as Mulheres, em especial o documento 'Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres' (BRASIL, 2011), direcionem o desenvolvimento de ações e estratégias para o enfrentamento da violência de gênero, e traga dentre suas ferramentas alguns apontamentos a respeito das formações de agentes e dos olhares necessários para o trato com situações de violência, a realidade observada ainda é muito distante do ideal abordado pelas políticas.

Os principais apontamentos referentes a categorização que tratava sobre a 'formação' dos agentes demonstraram a não existência de uma oferta de capacitação. Os profissionais não passam por uma formação específica, e não contam com uma preparação institucionalizada para a prestação de um olhar adequado à mulher em situação de violência ou às próprias questões de gênero que a circundam.

Ainda, a categoria 'percepção' mostrou diferentes visões e posicionamentos. Embora alguns agentes conseguissem trazer uma ideia sobre gênero de forma bastante clara e embasada, há situações em que essa ideia não foi possível de ser visualizada. O mesmo ocorre sobre a percepção a respeito da violência, de forma específica, mostrando que, embora o trabalho com mulheres em situação de violência exija um olhar crítico e preparado, nem todos agentes contam com essa preparação.

Estes resultados alimentam uma preocupação a respeito do olhar dado para essas mulheres em situação de violência. Frente a uma atual política de desinvestimento e retrocesso nas políticas para as mulheres, na qual estratégias tornam-se cada vez mais reduzidas e escassas, há uma urgência em relacionar possíveis fugas para a esperança da existência de uma melhor perspectiva. Nesse sentido, é retomado o ideal transversal e horizontalizar o acesso à discussões e lutas, em prol de diminuir as barreiras entre as frentes de ação. É necessário expandir o diálogo sobre a violência e levá-lo para fora do ambiente acadêmico, proporcionando ambientes de troca, de união e de fortalecimento entre mulheres, além da criação de



ambientes de troca também entre sociedade civil, Estado, serviços e agentes públicos, garantindo capacitações gratuitas, melhor acesso à conhecimento técnico e a possibilidade de maior horizontalidade no olhar prestado.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, V.; TARTARI, L. & BUENO, T. Retrato da Violência Contra a Mulher no RS. Projeto por dataviz para o concurso Decoders RS, 12º FISL. 2012. Disponível em: <http://retratodaviolencia.org/RS/#santa-maria>. Acesso em out, 2017.

BARDIN, Lawrence. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições, v. 70, 2009. p. 225

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina: A condição feminina e a violência simbólica. 6.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: BestBolso, 2018

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulher, 2011b. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/pacto-nacional>. Acesso em: jan, 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulher, 2007. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/ouvidoria-da-mulher/pacto-nacional/publicacao-pacto-2007.pdf>. Acesso em: jan, 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. 104 p. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/plano-nacional-politicas-mulheres.pdf>. Acesso em: set, 2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. 104 p. Disponível em:



http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf. Acesso em: set, 2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Rede de enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: set, 2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011a. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>. Acesso em: set, 2017.

CERQUEIRA, Daniel (Coord.) et al. Atlas da violência 2018. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: IPEA, 2018. Acesso em: 05 de jan. de 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: out, 2018.

CUNHA, Tânia Rocha Andrade. Violência Conjugal: os ricos também batem. In: CUNHA, Tânia Rocha Andrade; PHILIPP, Rita María Radl. Investigaciones actuales de las mujeres y del género. Espanha: [s. n.], 2013.

FALEIROS, Eva. T. S.; FALEIROS, Vicente. P. Circuito e Curtos-Circuitos: Atendimento, Defesa e Responsabilização do Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes. Brasília: Veras Editora, 2001.

GODINHO, Tatau. A Ação Feminista Diante do Estado: as mulheres e a elaboração de políticas públicas. In: FARIA, N.; SILVEIRA, M. L.; NOBRE, M. (Org.). Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista. São Paulo: SOF, 2000. p. 26-37.

GUZMAN, V. A equidade de gênero como tema de debate e de políticas públicas. In: FARIA, N.; SILVEIRA, M. L.; NOBRE, M. (Org.). Gênero nas Políticas Públicas:

